

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO  
Nº 11/2000 - "CONSOLIDAÇÃO E DIVULGAÇÃO  
DO SERVIÇO PÚBLICO REGIONAL DE  
TELEVISÃO"

PONTA DELGADA, 2 DE MAIO DE 2000



**COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO**

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, reuniu no dia 2 de Maio de 2000, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada, e apreciou a Proposta de Resolução nº 11/2000 - "Consolidação e Divulgação do Serviço Público Regional de Televisão".

**CAPÍTULO I  
ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação da presente Proposta de Resolução enquadra-se no estabelecido no nº 2 do artigo 167º da Resolução nº 24/98/A, de 4 de Novembro - Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

**CAPÍTULO II  
APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

A presente proposta visa recomendar à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que promova com urgência uma audição com Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, no sentido de apurar qual a orientação adoptada pelo executivo regional no que respeita às eventuais consequências para a RTP/Açores da criação da "holding" Portugal Global, na medida em que é considerado urgente que o serviço público prestado pela RTP/Açores se adapta ao novo panorama televisivo já existente na Região.

Essa necessária adaptação deve ser processada tendo como pontos de partida os meios humanos, técnicos e físicos, existentes na RTP/Açores e deve ter como objectivos a prestação de um serviço público regional que possa assegurar um tratamento conveniente às necessidades próprias



COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

em matéria de informação e cultura, que nos Açores configuram formas particulares de estar.

A proposta tem em consideração a evolução tecnológica, a distribuição, num prazo relativamente curto e em sinal aberto, de todos os canais nacionais existentes no continente, bem como a possibilidade dos açorianos residentes no resto do território nacional e da generalidade dos portugueses, poderem vir a ter acesso, à RTP/Açores, por via da distribuição por cabo.

Do debate em Comissão foi referenciado pelos deputados do Partido Socialista, não terem conhecimento de que no exercício do governos anteriores tivesse existido esta fórmula de solicitar audições ao Presidente do Governo. Igualmente foi referido que a única vez que uma Comissão Parlamentar quiz ouvir o Presidente do Governo, na ocasião sobre matérias europeias, os deputados respectivos deslocaram-se ao Palácio de Santana para ouvir o Dr. Mota Amaral.

Houve, todavia, receptividade de toda a Comissão em promover esse encontro com o Presidente do Governo Regional a fim de obterem esclarecimentos sobre a consolidação e divulgação do serviço público regional de televisão.

A Comissão votou favoravelmente, por unanimidade, a presente Proposta de Resolução, tendo os deputados do PSD apresentado uma declaração de voto que se anexa ao presente relatório.



COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO

Ponta Delgada, 2 de Maio de 2000.

O Relator

Sidónio Bettencourt

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Menezes



## Declaração de voto

Dada a profunda reestruturação por que passam os órgãos de comunicação social do Estado, televisão e rádio, os deputados do PSD consideram fundamental que haja um debate regional alargado sobre esta problemática. Consideram, também, imprescindível conhecer a posição do Governo Regional sobre esta matéria e as soluções que preconiza. Por outro lado a Assembleia Legislativa Regional dos Açores como principal órgão do governo próprio da Região não pode deixar de ser informada sobre todo este enquadramento da situação nem deixar de se pronunciar, pelo que entendem urgente que o Governo Regional, através do seu Presidente, saia da indefinição e silêncio a que se tem remetido e diga o que verdadeiramente pensa e propõe para garantir um eficiente serviço público de televisão nos Açores.

Ponta Delgada, 03 de Maio de 2000

Os Deputados